



Estudo da realidade Comune di Reggio Emilia

This publication has been produced with the assistance of the European Union. The contents of this publication are the sole responsibility of Municipality of Reggio nell'Emilia and can in no way be taken to reflect the views of the European Union.

Assessment Reggio Emilia

PARTE 1

Apresentação do Município de Reggio Emilia – dados demográficos e população

Reggio Emilia é um município de médias dimensões, capital da homônima Província, localizada na Região Emilia Romagna, no norte da Itália. A Carta Constitucional italiana, junto à afirmação do princípio da unicidade e indivisibilidade do Estado, reconhece autonomia administrativa e normativa ao sistema das autoridades locais que, como referido no art. 117, se compõe de Municípios, Províncias e Regiões. O Município de Reggio Emilia, em consonância com o princípio da descentralização territorial da administração, constituiu 4 Cidades distritos (Cidade Histórica, Nordeste, Sul e Oeste). Os distritos, coordenados pelo governo, promovem e desenvolvem a comparação, a colaboração e a relação com os cidadãos, com as vilas, os bairros, com os organismos de gestão social, com entidades e associações culturais, recreativas, esportivas, com outras realidades sociais de caráter agregativo presentes no território e com os grupos de voluntariado.

A análise da composição demográfica do território é considerada um ponto de partida necessário no exercício do presente estudo, a fim de melhor compreender os desafios que a administração enfrenta no presente. No documento são apresentados alguns dados sobre:

- demografia da população, com particular referência à faixa etária de 0-14 anos,
- população residente imigrante
- tipos de famílias
- ocupação e renda

Uma peculiaridade da cidade é representada pelo fato de que Reggio Emilia viveu, nos últimos vinte anos, importantes alterações demográficas que modificaram profundamente a composição por classes de idade e por proveniência dos residentes. O Município registrou um significativo e rápido aumento populacional: dos cerca de 130.000 habitantes em 1986 (dado quase estável nas décadas anteriores) aos atuais 171.000 com um aumento de aproximadamente 33%.

O crescimento demográfico foi constante desde os anos 90 e pode-se atribuir principalmente a três fatores: uma maior taxa de natalidade, o aumento da vida média dos habitantes, a alta taxa de imigração de outras regiões da Itália e do exterior.

A distribuição dos residentes incidiu de modo diferente sobre a densidade da habitação dos Distritos, as maiores zonas populosas são aquelas dos Distritos

Nordeste, na qual residem os 32,94% da população, e Sul, na qual residem 28,25%. Seguem o Distrito Oeste com 24,04% e o Distrito da Cidade Histórica com 14,76%.

A taxa de natalidade nacional aumentou passando de 6,4 por mil em 1986 a 11,2 por mil em 2010 e esse fenômeno pode estar parcialmente ligado à forte presença de cidadãos migrantes na cidade, mas indicam também alterações no comportamento dos jovens do município orientados a formar famílias mais numerosas.

Em consequência do aumento da taxa de natalidade foi alterada a composição por faixas de idade da população residente. A faixa de residentes em idade escolar de 0-14 anos representa hoje aproximadamente 15% dos habitantes, registrando um aumento expressivo: dos 18.000 alunos em 2000 aos 26.000 em 2011. Evidencia-se um crescimento significativo da faixa de idade pré-escolar (de 0 a 5 anos) que representa hoje 6,5% de toda a população. Quase tão importante para a entidade é o crescimento da população em idade correspondente ao ciclo de formação primária (6-10 anos) que representa 5,1% e do ciclo secundário inferior (11-14 anos) que representa 4,7% do total dos residentes.

Tabela Residentes por Grupos etários em Reggio Emilia em 31/12/2011*				
grupos etários	residentes*			
<1 ano	1.831	1,1%	26.175	15,25 %
1-4 anos	7529	4,4%		
5-9 anos	8758	5,1%		
10-14 anos	8057	4,7%		
15-19 anos	7584	4,4%		
20-24 anos	8197	4,8%		
25-29 anos	9726	5,7%		
30-34 anos	12398	7,2%		
35-39 anos	15384	9,0%		
40-44 anos	14797	8,6%		
45-49 anos	13824	8,1%		
50-54 anos	11536	6,7%		
55-59	9620	5,6%		

anos		
60-64		
anos	9611	5,6%
65-69		
anos	7926	4,6%
70-74		
anos	8001	4,7%
75-79		
anos	6251	3,6%
80-84		
anos	5200	3,0%
85 em diante	5458	3,2%
TOTAL	171.688	100,0%

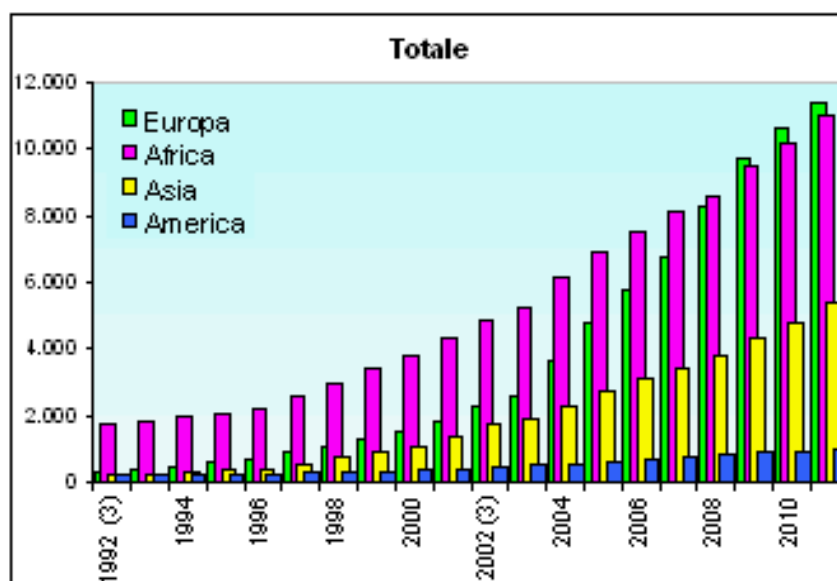
(*dado provisório à espera dos resultados
do censo)

O aumento da taxa de natalidade, associado à diminuição da taxa de mortalidade (passado de 10,8 por mil em 1986 a 9,4 em 2011) e ao aumento da vida média dos habitantes, leva a cidade a ter atualmente uma composição da própria comunidade diversa daquela de 25 anos atrás.

Um grupo de anciãos em crescimento e um aumento da faixa de recém-nascidos definem um quadro de sociedade que muda, gerando novos sistemas de relações e de redes de assistência, favorecendo também a ativação de fenômenos de "envelhecimento ativo" que poderiam trazer novos recursos como possíveis voluntários em apoio à comunidade. No contexto atual, de redução de recursos econômicos a disposição da entidade local, a distribuição da população por faixas etárias que assume as características acima descritas, impõe importantes desafios à administração na definição das políticas locais capaz de aproveitar novas oportunidades e atender as novas necessidades.

Outro fator que contribuiu para o crescimento demográfico da comunidade Reggio Emilia e que indica uma importante mudança nos hábitos e nas características dos residentes, como também no seu acesso aos serviços e na expressão de participação na vida dos cidadãos é o fenômeno migratório.

Em 31 de dezembro de 2010, a população de nacionalidade estrangeira registrada no recenseamento do município de Reggio Emilia era equivalente a 28.856 habitantes, com um aumento de 8,2% em relação ao ano anterior. A incidência dos estrangeiros sobre a população residente total é de 16,9%, valor mais que triplicado em relação ao registrado há dez anos, em 1999.



Os estrangeiros de origem europeia superam as outras proveniências continentais e em particular aquelas da África que prevaleceram por toda a década passada.

A nacionalidade predominante é a albanesa com 3.579 pessoas, enquanto outras nacionalidades de dimensão consistente que superam as mil pessoas provêm, nesta ordem, do Marrocos (3.240), China (2.925), Ucrânia, Romênia, Gana, Egito, Tunísia e Moldávia. A origem cultural e geográfica de populações imigrantes determina novas modalidades de acesso aos serviços, novos conceitos de participação e novas expectativas no exercício do direito à cidadania e à educação dos seus filhos.

A presença de residentes de origem estrangeira não é igualmente distribuída nas diversas áreas da cidade. O Distrito que vê uma maior incidência de residentes estrangeiros em relação à população total é a da Cidade Histórica, com mais de 27%; seguido do Distrito Nordeste com 19,79%; o Distrito Oeste com 15,21% e o Sul com 9,81%.

A população imigrante registra a maior concentração nos grupos etários centrais (de 20 a 50 anos), evidenciando como a escolha migratória está, de fato, ligada à busca de oportunidades de trabalho estável. Reggio Emilia, pelas condições de habitação e de serviços oferecidos, é frequentemente uma cidade de segunda chegada nos percursos da migração, com um alto número de reagrupamentos familiares e de nascimentos de filhos de migrantes, crianças de segunda geração que, embora participando desde o nascimento na vida da comunidade não são reconhecidas pela legislação como cidadãos italianos, mas permanecem ligados à cidadania dos pais.

Nas faixas de idade escolar e pré-escolar, a população estrangeira incide para os 21,1% nos mesmos grupos etários da população residente total. Uma incidência em constante aumento, considerando que em 2011 as crianças nascidas de pais

imigrantes em Reggio Emilia foram aproximadamente 30% do total de recém-nascidos.

Dentro do macro devido ao aumento da população é oportuno considerar ainda o índice de rotatividade total da população que evidencia a taxa de mudança da população migrante ligada à mobilidade no território nacional e internacional. Essa mudança produz implicações de criticidade sobre a construção do sentido de pertença para com a cidade e sobre a coesão social.

Análises dos dados relativos aos tipos de famílias (de 1990 até os dias atuais)

Em 31 de dezembro de 2010, as famílias registradas no recenseamento do Município de Reggio Emilia são 77.371 com um aumento de sua numerosidade equivalente a 2% em relação ao ano anterior. Detecta-se uma diminuição constante do número de componentes por família: de 2,51 em 1990 a 2,21 em 2010.

Famiglie residenti, per tipologia e numero componenti al 31.12.10 - Totale comunale

Tipologia	Componenti						Totale
	1	2	3	4	5	>5	
Persone sole	31.856						31.856
Coppie coniugate		11.528					11.528
Coppie coniugate e figli			8.900	7.548	1.596	375	18.419
Coppie coniugate e altre persone			463	81	18	9	571
Coppie coniugate, figli e altre persone				559	601	625	1.785
Genitore e figli		4.815	1.524	256	46	9	6.650
Genitore, figli e altre persone			459	496	263	165	1.383
Altro tipo di famiglia		2.388	1.752	817	168	54	5.179
Totale	31.856	18.731	13.098	9.757	2.692	1.237	77.371

Persone sole in convivenza 874

As significativas variações registradas na dimensão média das famílias são o fruto de transformações profundas que a instituição familiar conheceu no curso da última década. As 31.856 famílias formadas por um único componente representam, atualmente, mais de 40% das famílias de Reggio Emilia. Um significativo aumento se registra também nas famílias monoparentais com filhos (8,5% do total) e no agregado das "outras famílias" (6,7% do total).

Portanto, registra-se um aumento de tipos de famílias unipessoais, monoparentais, mononucleares, junto a um aumento dos casais com dois ou mais filhos, dados que se comparam com a constatação que a rede parental de apoio no cuidado dos filhos e dos idosos, que foi no passado um elemento caracterizador da família de Reggio Emilia, é hoje em dia atribuível às condições de um baixo percentual de famílias. Além disso, novos tipos de famílias separadas ou divorciadas, recompostas, mistas por nacionalidades dos cônjuges, portam fenômenos sociais complexos e de

precariedade, como por exemplo, a mobilidade das crianças no território que seguem os novos projetos de vida dos pais, a fragilidade econômica de mães e pais separados, que lidam com a crise da ocupação e os altos custos relativos à habitação. Embora as famílias imigrantes são geralmente mais numerosas (ainda que as escolhas de procriação das mulheres imigrantes estão adequando-se aos padrões nacionais com o passar do tempo), são recompostas por meio de reagrupamentos, e são medianamente mais fracas do ponto de vista da economia familiar, para poder garantir condições de estabilidade para a casa, para o rendimento e para o trabalho.

Dados sobre emprego e renda

Os dados fornecidos pela Região Emilia Romagna indicam que na Província de Reggio Emilia a taxa de ocupação (ou seja, o emprego de pessoas na faixa etária entre 15-64 anos) sofreu nos últimos anos uma tendência negativa por causa da crise econômica e financeira e, por conseguinte, passou de 70,9 % em 2004 a 67,1% em 2010.

Considera-se adequado e importante evidenciar como a taxa de ocupação feminina equivalente a 57,3% em 2010 permanece, de todo modo, em níveis entre os mais altos da Itália, em relação à presença de serviços educativos e sociais de qualidade no território.

Na Província de Reggio Emilia aproximadamente 11% dos trabalhadores são de origem estrangeira. Estes trabalham principalmente no setor agrícola, das construções, da assistência domiciliar e assistência médico-social.

A atual crise econômica se evidencia também na taxa de desocupação, passada de 2,7% em 2004 para 5,4% em 2010 (taxa de desocupação que permanece, de todo modo, entre as mais baixas na Itália).

Os dados nacionais (ranking do Sole 24 Ore, principal jornal econômica italiano) evidenciam o município Reggio Emilia como exemplo positivo de cidade que se coloca no 3º lugar para o padrão de vida, 11º para negócios e trabalho e no 21º lugar em qualidade de vida. Mas a fotografia da cidade está em rápida mutação, passando de uma imagem de comunidade rica a de uma cidade que está sofrendo de um ponto de vista ocupacional e de renda, mas que, não obstante, mantém os instrumentos e as potencialidades para recuperar-se. As famílias de Reggio Emilia resultam gravemente afetadas pela crise econômica, com um rendimento per capita disponível que em 2010 era equivalente a € 20.180, mas que registrou no ano seguinte um declínio ainda maior¹.

O movimento de cooperação teve suas origens no território de Reggio Emilia, a partir das ideias de Camillo Prampolini, o pai fundador do socialismo reformista em Reggio

¹ (rendimento médio por habitante calculado pela divisão do rendimento total da província/região para a população residente) mettere come nota

Emilia no fim do século XIX e cresceu no século passado com um fervor social e também um apoio político forte.

No curso das décadas, a cooperação tornou-se, graças também a um sistema legislativo particular, um sistema de empresas de fundamental importância para toda a sociedade italiana.

O objetivo principal da experiência cooperativa de Reggio Emilia está enraizada na persuasão da necessária recíproca de solidariedade em defesa da renda e do trabalho, como instrumento para superar as incertezas futuras em particular ligadas às camadas mais vulneráveis da sociedade (como consumidores, mulheres, produtores). Desejando analisar a incidência que possui atualmente essa ética de trabalho e de vida da comunidade, podemos considerar os dados que nos são fornecidos pelo observatório Provincial do terceiro setor de Reggio Emilia que é composto por Cooperativas sociais, organizações de voluntariado e associações de promoção social. Um terceiro setor que tem uma incidência significativa no total das empresas ativas, sobre a oferta de emprego e trabalho e de geração de renda e que, devido a sua importante vocação social e de bem-estar, recebe financiamento também da administração pública mediante contratos de serviço, subsídios e outras formas de pagamento. Este deve considerar-se parceiro e ator indispensável no enfrentamento dos desafios com os quais se depara a nova sociedade Reggio Emilia atualmente.

PARTE 2

Ilustração do sistema educacional nacional e dados sintéticos em relação ao município Reggio Emilia

2.1 O sistema educacional na Itália

O sistema nacional de educação permaneceu substancialmente inalterado desde 1920 até o início de 2000. Em diversas ocasiões ao longo dos anos, tentou-se uma grande reforma na educação, que, de fato, jamais chegou a uma completa realização.

Alguns anos antes do nascimento oficial do Reino da Itália (1861), em 1859, com a lei Casati, inicia-se um forte compromisso por parte das instituições públicas para garantir a universalidade da formação e o controle educacional, até aquele momento de quase exclusiva competência da Igreja Católica. Uma reforma que estabelece a escola elementar articulada em dois biênios e obrigatória (1º biênio) e uma clara separação entre a educação clássica e técnica nos ciclos sucessivos.

Apesar das declarações com relação à obrigatoriedade escolar, a sua aplicação formal e substancial, nas diversas partes do Reino da Itália foi amplamente heterogênea, e o duplo processo interpretava o temor da classe hegemônica contra qualquer mudança social, em uma perspectiva para a qual o controle sobre a escola era tradicionalmente entendido como instrumento de controle político.

Mas, é a partir dessa instituição ainda pouco enraizada que se concentra, na história do sistema educacional italiano, a expectativa (chega até hoje) social e política de moldar em sentido único e nacional as consciências dos cidadãos, gerar consenso social e unificar um país nascido da união de estados que por décadas viveram separados.

A lei Coppino (1877) leva para 5 anos a duração da escola primária e introduz a escolaridade obrigatória no primeiro triênio definindo sanções para os pais dos estudantes que não a cumprissem.

Nos primeiros anos do século XX, começa-se a ver os efeitos positivos de um sistema educacional centralizado, com uma diminuição do analfabetismo. A lei Orlando (1904) estende a obrigação escolar até o décimo segundo ano de idade e impõe aos Municípios instituir escolas até a quarta série e assistir os alunos mais pobres como também conceder fundos para os próprios Municípios. É somente com a lei Daneo-Credaro (1911) que a escola elementar, até então administrada pelos municípios, torna-se um serviço estadual que manterá o monopólio organizacional e administrativo até os nossos dias.

A reforma Gentile (1923) descreve uma organização da escola considerando a obrigatoriedade, sem grandes modificações até hoje. Prevê uma escola elementar de cinco anos iguais para todos e um ensino médio de três anos, levando a obrigação do estudo até os 14 anos de idade.

A Constituição da República italiana de 1948, no art. 34, parágrafo 2, acolhe e apoia a intenção de uma escola pública e gratuita para todos, impondo uma obrigação de frequência escolar de ao menos oito anos. Na realidade, a obrigação de estudo até os 14 anos de idade se tornou realidade apenas com a lei nº 1859, de 1962, que previa a abolição da escola de Iniciação ao trabalho com a criação de uma escola média unificada que permitia o acesso a todas as escolas superiores.

Em 2007, a obrigação escolar é estendida até os 16 anos, enquanto anteriormente havia sido estabelecido apenas um "direito à educação até os 16 anos".

Nos anos 90 do século XX, a partir de um sistema de gestão centralizado da organização educacional se assiste à introdução de uma série de reformas que tendem a transformar a escola em um sistema com autonomia. O debate sobre a autonomia, iniciado já com a lei nº 148 de 1990, chega a uma reviravolta com a lei nº 59 de 1997, que sanciona a autonomia organizacional e didática de cada instituição, efetivada em 1999 pelo seu respectivo Regulamento de aplicação. Especificamente, a autonomia de cada instituição é reconhecida em relação a: atribuição de responsabilidades administrativas e de gestão dos recursos e do pessoal; flexibilidade dos processos de estudos constituídos por objetivos definidos pelo Ministério, um total de 20% de horas anuais de atividades escolhidas pelas escolas e atividades escolhidas pelo estudante (reconhecidos como créditos no exame); flexibilidade do calendário e do horário escolar; flexibilidade da didática em sala; atenção aos processos individuais dos estudantes; estímulo ao ensino de apoio para a recuperação; realização de atividades em colaboração com outras escolas e com entidades externas; organização de iniciativas de continuidade e orientação escolar e profissional.

Autonomia que previa a presença de um órgão central que pudesse garantir e verificar os padrões de qualidade de cada uma das instituições: é nesses anos que é criado o Instituto Nacional para a Avaliação do Sistema de Educação (INVALSI).

Jardim de Infância e primeiro ciclo

Jardim de Infância

Na Itália, os serviços educativos dirigidos às crianças de 0 a 6 anos de idade constituem um sistema recente, com uma legislação ainda não realizada.

O jardim de infância tem duração trienal, é voltado a crianças de 3 aos 6 anos e não é obrigatória.

Com referência a essa ordem escolar, o nosso país até 1968 (ano de instituição da educação infantil estatal, com a adoção das primeiras Orientações - a ela referida - em 1969) viu um predomínio de gestões privadas (católica privada, Municípios, instituições de caridade, agrupações).

O Jardim de Infância faz parte do sistema de ensino e é regulado por normas gerais definidas pelo Ministério da Educação, obrigatórias também para as escolas particulares administradas por empresas/grupos privados.

«Tem suas origens nas comunidades locais (como os Municípios e as Paróquias) e nessas se desenvolveu. Atualmente, se expressa em uma pluralidade de modelos institucionais e organizacionais promovidos por diversos sujeitos: o Estado; as Ordens religiosas, as Associações e Comunidades paroquiais; as Autoridades Locais.

Cada um deles fez uma contribuição original ao desenvolvimento do jardim de infância, para a valorização da colaboração das famílias, para a inovação pedagógica e a participação social, para a generalização e a qualificação do serviço.»²

O Estado está presente em todo o território nacional há quarenta anos com escolas próprias, dirigidas por pessoal do Estado, em todas as províncias italianas. Há também jardins de infância públicos com gestão regional, como os da Região da Sicília ou provinciais, como os da província de Trento.

«O jardim de infância é, atualmente, um sistema público integrado em evolução, que respeita as escolhas educativas das famílias e cria um sentido nacional e universal do direito à educação. Nas suas diversas expressões, produziu experimentações, pesquisas e contribuições que constituem um patrimônio pedagógico reconhecido na Europa e no Mundo.»³

² Ministério da Educação Pública, Indicações para o currículo para o jardim de infância e para o primeiro ciclo de formação, Roma, setembro 2007.

³ Ministério da Educação Pública, Indicações para o currículo para o jardim de infância e para o primeiro ciclo de formação, Roma, setembro 2007.

A maioria das instituições privadas é constituída por entidades religiosas e por laicos. As escolas não estatais cumprindo os requisitos prescritos são reconhecidas como iguais (ver. *lei 62/2000*).

O jardim de infância italiano é uma realidade complexa e articulada, sem um plano estratégico nacional de investimento capaz de planejar as relações entre as diversas instituições. O resultado é um planeamento designado às autoridades locais que determina substanciais diferenças no território nacional, ligadas também às dificuldades económicas das mesmas (organizações diferentes, diversos horários de abertura, etc.).

Os jardins de infância estaduais estão incluídos nas instituições escolares juntamente às outras escolas primárias (elementares) e, às vezes, secundárias de 1º grau (médias).

A Instituição educacional (incluindo o conselho pedagógico), em que funcionam jardins de infância, é dirigida por um diretor que utiliza uma secretaria com tarefas administrativas e de coordenação das escolas independentes.

O jardim de infância é aberto a todas as crianças italianas e estrangeiras que possuem idade compreendida entre os três e cinco anos completos até 31 de dezembro do ano escolar de referência. Segundo uma recente normativa, podem matricular-se no jardim de infância as crianças que completam três anos de idade até 30 abril do ano escolar de referência, desde que haja condições. A educação inicial é muito difundida no sul da Itália e menos no norte.

Esse primeiro segmento do processo de formação contribui com a educação e o desenvolvimento afetivo, psicomotor, cognitivo, moral, religioso e social das crianças, promovendo-lhes as potencialidades de interação, autonomia, criatividade, aprendizagem, e para assegurar uma verdadeira igualdade de oportunidades educacionais. No que diz respeito à responsabilidade educativa primária dos pais, o jardim de infância contribui para a formação integral das crianças e, na sua autonomia e unidade de ensino e pedagógica, realiza a continuidade educativa com a escola primária (art.2 lei nº 53 de 28 de março 2003).

O horário de funcionamento do jardim de infância (em geral de segunda a sexta) foi estabelecido em 40 horas semanais, com possibilidade de extensão até 50 horas. As famílias podem requerer um tempo de escola reduzido, limitado até o final da manhã, para um total de 25 horas semanais (art.2 **dec. presid. 89/2009**). As instituições escolares organizam as atividades educativas para o jardim de infância com a introdução das crianças em seções distintas de acordo com os modelos horários escolhidos pelas famílias.

Os jardins de infância costumam ter um calendário de atividades que inicia em setembro como para os outros tipos de escola e conclui após as outras, no final de junho.

Os calendários escolares (início e término das atividades, férias, feriados locais, etc.) são definidos por cada Região (ver *decreto legislativo 112/1998, art.138*) e podem ser, também para o jardim de infância, diferentes de um território para outro.

Cada escola decide, também com base nas necessidades e nos hábitos locais, o eventual funcionamento das atividades educativas no dia de sábado (ver. *dec. presid.*

275/1999, art. 5, parágrafo 3). Nas escolas estaduais, o eventual funcionamento durante o sábado é decidido pelo conselho escolar que é o órgão colegiado – composto por docentes e pais – que decide sobre a organização da escola. O horário de funcionamento dos jardins de infância é bastante flexível e pode variar com base no tipo de gestão (pública ou privada) ou nos territórios em que estão inseridos. Para cada criança, o jardim de infância gera a finalidade de promover o desenvolvimento da identidade, da autonomia, da competência, da cidadania.

Primeiro ciclo

Com o primeiro ciclo de formação inicia a obrigação escolar e a educação torna-se gratuita, concedida pelo Estado.

O primeiro ciclo de formação se articula em dois processos escolares, consecutivos e obrigatórios:

1. a escola primária, com duração de cinco anos;
2. a escola secundária de primeiro grau, com duração de três anos.

«Ela abrange um período de tempo fundamental para a aprendizagem e para a construção da identidade dos alunos, no qual se põem as bases e se desenvolvem as competências indispensáveis para continuar a aprender na escola e ao longo de toda a vida.

A finalidade do primeiro ciclo é a promoção do pleno desenvolvimento do indivíduo.

Para realizá-lo, a escola concorre com outras instituições para a remoção de cada obstáculo à frequência; facilita o acesso para os alunos com deficiências, previne a evasão escolar e neutraliza a dispersão; busca com todos os meios a melhoria da qualidade do sistema educativo.

Nessa perspectiva, a escola acompanha os alunos na elaboração do sentido da própria experiência, promove a prática consciente da cidadania ativa e a aquisição dos alfabetos básicos da cultura.»⁴

A **escola primária**, articulada em disciplinas e áreas temáticas, promove, em respeito às diversidades individuais, o desenvolvimento da personalidade; permite adquirir e desenvolver os conhecimentos e habilidades básicas até as primeiras sistematizações lógico-críticas; favorece a aprendizagem dos métodos de ensino, inclusive a alfabetização em pelo menos um idioma da União Europeia (inglês) além do italiano; põe as bases para a utilização de metodologias científicas no estudo do mundo natural, dos seus fenômenos e das suas leis; valoriza a capacidade de relacionamento interpessoal e de orientação no espaço e no tempo; educa os jovens cidadãos nos princípios fundamentais da convivência civil (Lei 53/2003).

A frequência na escola primária é obrigatória para todos os italianos e estrangeiros que tenham completado seis anos de idade até 31 de dezembro. A matrícula é facultativa para quem completa seis anos até 30 de abril do ano seguinte.

⁴ Ministério da Educação Pública, Indicações para o currículo para o jardim de infância e para o primeiro ciclo de formação, Roma, setembro 2007.

A escola primária apresenta diversos modelos de horários, aplicados de acordo com a disponibilidade do pessoal a nível provincial. Os modelos predominantes são aqueles de 27 e 30 horas semanais com dois professores em sala, com professor prevalente: isso não significa presença concomitante dos professores, mas presença de um segundo professor que completa o horário do professor prevalente.

Alternativamente aos horários normais, as famílias, com base na disponibilidade dos locais e dos serviços ativos podem requerer o tempo integral de 40 horas semanais. As classes com tempo integral são estimuladas com base em um específico projeto de formação integrado e das disponibilidades de pessoal atribuídos à instituição, como também na presença das estruturas e serviços necessários. Para a determinação da equipe dessas aulas, é confirmada a designação de dois docentes por sala, eventualmente assistidos por professores de religião católica e de inglês em posse dos relativos títulos ou requisitos.

A **escola secundária de primeiro grau**, também organizada por disciplinas e áreas temáticas, visa o crescimento das capacidades autônoma de estudo e de interação social; organiza e amplia, também por meio da alfabetização e o aprofundamento nas tecnologias informáticas, os conhecimentos e habilidades, também em relação à tradição cultural e à evolução social, cultural e científica da realidade contemporânea; desenvolve progressivamente as competências e as capacidades de escolha correspondentes às atitudes e vocações dos alunos; fornece instrumentos adequados à continuidade das atividades de instrução e formação; introduz o estudo de uma segunda língua da União Europeia; ajuda a orientar-se para a sucessiva escolha de instrução e formação.

A frequência na escola secundária de primeiro grau é obrigatória para todos os jovens italianos e estrangeiros que tenham concluído a escola primária.

O primeiro ciclo de formação se conclui com um exame a nível estadual, cuja aprovação constitui título de acesso ao segundo ciclo (escolas de ensino médio, institutos técnicos e profissionais). Além das provas de exame tradicionais, desde 2008 foi inserida no exame também a prova escrita, a nível nacional, predisposta pelo Instituto Nacional para a Avaliação do Sistema de Educação (INValSI) e escolhida pelo Ministro da Educação. A prova, além de contribuir para uma avaliação mais ampla do aluno, permite detectar o nível geral de aprendizagem dos estudantes italianos e fazer uma comparação com as provas internacionais similares.

Atualmente, a escola secundária de primeiro grau (*dec. presid. 89/2009*), a partir do ano escolar 2009-2010, prevê um horário de 30 horas semanais, sem horas adicionais facultativas e opcionais.

No caso em que a escola, graças à excedência de pessoal docente ou após convenções com entidades ou instituições, seja capaz de ampliar a sua oferta de formação, além do horário obrigatório, pode valer-se da possibilidade, em via facultativa, de outras horas de atividade ou de ensino.

Os pais podem solicitar a matrícula em cursos de encaminhamento musical. Os cursos se desenvolvem além do horário obrigatório normal das 30 horas de aulas. As indicações relativas ao ensino da música para valorizar a aprendizagem prática,

também com auxílio de oficinas musicais, nos limites dos recursos existentes, são definidas por decreto ministerial.

Cada disciplina ou área disciplinar (italiano – história – geografia e matemática – ciências – informática) prevê a presença de um docente em posse de especialização na matéria.

O estudo das disciplinas será mais sistemático e aprofundado e exigirá aos alunos um modo mais efetivo de organizar o estudo também em casa. Haverá uma segunda língua comunitária a acrescentar, por duas horas por semana, para o ensino do inglês. O quadro horário semanal do ensino das disciplinas na secundária de 1º grau, definidos considerando os novos planos de estudo, é assim estruturado:

- | | |
|---|------------------|
| • Italiano, História, Geografia | 9 horas semanais |
| • Matemática e Ciências | 6 horas |
| • Tecnologia | 2 horas |
| • Inglês | 3 horas |
| • Segunda língua comunitária | 2 horas |
| • Arte e imagem | 2 horas |
| • Educação física e esporte | 2 horas |
| • Música | 2 horas |
| • Ensino religioso | 1 hora |
| • Atividades de aprofundamento em matérias literárias | 1 hora |

Graças às atividades de aprofundamento em matérias literárias, é possível prover também ao ensino, uma hora por semana, da nova disciplina de estudo "Cidadania e Constituição", introduzida por uma recente lei (ver. art. 1 lei 169/2008) que substitui a tradicional disciplina de educação cívica.

No que se refere ao ensino religioso (somente para quem solicitou especificamente) é administrado por um docente encarregado apropriadamente pela Cúria diocesana. O ensino religioso, em todos os graus da escola, é de uma hora por semana.

2.2 As novas Orientações para o currículo

Datam de setembro de 2007 as *Orientações para o Currículo para o jardim de infância e para o primeiro ciclo de formação*, fruto do trabalho de uma Comissão Ministerial que envolveu docentes e pedagogos de todo o território nacional e que levou, pela primeira vez, à declaração de um currículo vertical, voltado à faixa etária de 3-14 anos, no respeito às diferentes exigências e necessidades.

A tentativa feita pelos redatores do texto (setenta especialistas, docentes de escola, representantes das associações disciplinares, etc.) foi interceptar questionamentos reais da sociedade atual em relação à escola, de colocar questões que interpelam o sentido da educação hoje em dia, de entender como traduzir essas "urgências" em uma ideia de escola e currículo que se possa acreditar; e também de ler as características dos jovens de hoje, as suas modalidades de aprendizagem, as influências das novas tecnologias (da difusão do mundo das imagens e dos sons) no seu modo de ver, pensar e compreender.

Na premissa “cultura, escola, pessoa”, o novo texto das Orientações explicita e evidencia as próprias referências culturais, inspiradas em um sistema laico e plural. Na seleção do nome do novo texto “Orientações para o currículo”, se coloca no centro do discurso educativo do projeto da escola, o valor adicional portado pelo ambiente de aprendizagem, pela intervenção intencional de professores preparados com profissionalismo.

No respeito e na valorização da autonomia das Instituições escolares, as Orientações constituem o quadro de referência para o planejamento curricular confiado às escolas. É um texto aberto, que a comunidade profissional é chamada a assumir e contextualizar, elaborando específicas escolhas relativas a conteúdos, métodos, organização e avaliação. A construção do currículo é o processo por meio do qual se desenvolvem e organizam a pesquisa e a inovação educativa com particular atenção à continuidade do processo educativo desde os 3 aos 14 anos.

Cada escola predispõe o *currículo* dentro do Plano de formação, no respeito às finalidades, nas *metas para o desenvolvimento de competências*, dos *objetivos de aprendizagem* representados nas Orientações. O currículo se articula por meio dos *campos de experiência* no jardim de infância e por meio das *disciplinas* na escola do primeiro ciclo (escola primária e escola secundária de primeiro grau).

Os *campos de experiência* são «lugares do fazer e do agir da criança, orientados pela ação consciente dos professores e introduzem aos sistemas simbólico-culturais»⁵. No âmbito da autonomia didática a eles reconhecida os jardins da infância tem a responsabilidade de organizar as suas propostas articulando-as segundo os campos de experiência «a fim de favorecer o processo educativo de cada criança, ajudando-a a orientar-se na multiplicidade e na diversidade dos estímulos e atividades»⁶.

Na escola do primeiro ciclo, o projeto didático promove a organização das aprendizagens de maneira progressivamente orientada aos saberes disciplinares. O reagrupamento das disciplinas em áreas favorece a possibilidade de uma interação e colaboração entre as mesmas (seja dentro de uma mesma área, seja entre todas as disciplinas) deixando liberdade às escolas de delinear-las, na sua autonomia, com peculiares modalidades organizativas.

No final do jardim de infância, da escola primária e da escola secundária de primeiro grau, seja para os campos de experiência seja para as disciplinas, são identificadas metas para o desenvolvimento das competências. «Essas metas, colocadas no final das mais significativas articulações do processo curricular, dos três aos quatorze anos, representam referências para os professores, indicam pistas a percorrer e ajudam a finalizar a ação educativa para o desenvolvimento integral do aluno»⁷.

Os objetivos de aprendizagem são definidos em relação ao término do terceiro e quinto ano da escola primária e no término do terceiro ano da escola secundária de primeiro grau: objetivos considerados estratégicos a fim de atingir as metas para o desenvolvimento das competências previstas pelas Orientações.

⁵ Ministério da Educação Pública, Indicações para o currículo para o jardim de infância e para o primeiro ciclo de formação, Roma, setembro 2007.

⁶ Ministério da Educação Pública, Indicações para o currículo para o jardim de infância e para o primeiro ciclo de formação, Roma, setembro 2007.

⁷ Ministério da Educação Pública, Indicações para o currículo para o jardim de infância e para o primeiro ciclo de formação, Roma, setembro 2007.

«Aos professores compete a responsabilidade pela avaliação e o cuidado com a documentação didática, como também a seleção dos instrumentos no âmbito dos critérios aprovados pelos órgãos colegiados competentes»⁸. A avaliação precede, acompanha e segue os processos curriculares; ativa as ações a empreender, regula as já iniciadas, promove o equilíbrio crítico sobre as finalizadas; assume uma função formativa, de acompanhamento dos processos de aprendizagem e de estímulo ao aperfeiçoamento contínuo.

Para cada uma das instituições escolares, é atribuída a responsabilidade da autoavaliação, com a função de introduzir modalidades reflexivas sobre toda a organização da oferta educativa e didática da escola, para fins de um aperfeiçoamento contínuo, também por meio de dados de relatório social ou dados que emergem de avaliações externas.

«O Instituto Nacional para a avaliação do sistema educativo de formação tem a tarefa de medir a qualidade de todo o sistema educacional nacional, fornecendo às escolas, às famílias e à comunidade social, ao Parlamento e ao Governo elementos de informação essenciais sobre a saúde e a criticidade do nosso sistema de ensino, e este dentro de uma comparação internacional que atualmente tem assumido cada vez mais relevância»⁹.

O currículo, interpretado como *«síntese de projeto e operacionalidade das condições pedagógicas, organizacionais e didáticas que permitem realizar um ensino eficaz e adequado aos alunos, no respeito às diretrizes curriculares de caráter nacional»¹⁰*, propõe um correto equilíbrio entre as garantias de caráter nacional (as finalidades e as metas de aprendizagem válidas para todos) e a autonomia e a responsabilidade das instituições escolares no currículo e organizacional.

Em particular, as metas e os objetivos disciplinares são indicados na sequência e em progressão desde os 3 aos 14 anos (no final do jardim de infância, da escola elementar e da escola média) quase a favorecer uma leitura em continuidade das estruturas curriculares.

PARTE 3

As políticas educacionais da cidade de Reggio Emilia

O Município de Reggio Emilia através da Secretaria de Educação, com responsabilidade para Jovens - Escola e Departamento de Educação rege as políticas públicas para a educação da cidade. Com relação à faixa etária de 0-6 anos, o município tem a Instituição como um organismo fundamental para o governo e as políticas de creche e jardim de infância, que tem seu próprio Conselho de

⁸ Ministério da Educação Pública, Indicações para o currículo para o jardim de infância e para o primeiro ciclo de formação, Roma, setembro 2007.

⁹ Ministério da Educação Pública, Indicações para o currículo para o jardim de infância e para o primeiro ciclo de formação, Roma, setembro 2007.

¹⁰ Ministério da Educação Pública, Indicações para o currículo para o jardim de infância e para o primeiro ciclo de formação, Roma, setembro 2007.

Administração, um Presidente e um Diretor, juntamente com a sua autonomia cultural, organizacional e de gestão.

Em relação à faixa de 6-14 anos às autoridades locais competem obrigações relativas ao Direito à Educação para a Escola Primária e Secundária de primeiro grau (livros de qualidade, integração de alunos com deficiência, alimentação, edifício, transporte escolar...). O município organizou o seu próprio serviço, o Departamento de Educação, para corresponder aos regulamentos e, simultaneamente, qualificar a oferta de formação e o diálogo participativo com a população local e outros serviços ativos na cidade (serviços no período da tarde, depois da escola....)

3.1 Creches e jardins de infância: serviços educacionais para crianças na faixa etária de 0-6 anos

A centralidade da educação nas políticas atuais e sua forte ligação com o conceito de cidadania tem raízes profundas na comunidade de Reggio Emilia. A cidade de Reggio Emilia optou, desde o período pós-guerra até os dias de hoje, entre as suas prioridades, o de corresponder ao direito à educação de todas as crianças. Corresponder ao direito à educação de meninos e meninas ainda significa legitimar o direito de cidadania e reconhecer as crianças como sendo cidadãos de hoje e não apenas do amanhã.

O primeiro artigo do "Regulamento das Escolas e Jardins de Infância do Município de Reggio Emilia" (2009) afirma que:

"A educação é um direito.

A educação é um direito de todos, de meninos e meninas e, como tal, é uma responsabilidade da comunidade. A educação é uma oportunidade para o crescimento e a emancipação do indivíduo e da comunidade, é um recurso para a aprendizagem e a convivência, é um ponto de encontro onde a prática da liberdade, da democracia, da solidariedade promovem o valor da paz.

Dentro da pluralidade das concepções culturais, ideais, políticas e religiosas, a educação prospera em escuta, diálogo e participação; visa respeitar, valorizar as diferentes identidades, habilidades, conhecimentos, dos quais cada indivíduo é portador e, portanto, qualifica-se como laica, aberta ao diálogo e à cooperação."

A educação é um direito primário e fundamental de todos os seres humanos, é essencial à vida e ao bem-estar individual, coletivo e civil. É meio de promoção social e de valorização da inteligência individual e coletiva.

Atualmente isto é ainda mais verdadeiro na chamada sociedade do conhecimento, em que, na verdade, a maior ou menor liberdade, a maior ou menor capacidade de auto realização e autonomia dos indivíduos está intimamente relacionada com a capacidade que todos têm de aceder ao conhecimento, às habilidades e à aprendizagem em geral.

A Comissão Europeia (17 fevereiro de 2011) declara que:

"a educação e o cuidado da primeira infância (Early Childhood Education and Care – ECEC) é a base essencial para o sucesso da aprendizagem permanente, da integração social, do desenvolvimento pessoal e da inserção profissional subsequente.

Assumindo um papel complementar àquele do central da família, o ECEC tem um impacto profundo e duradouro que as medidas tomadas nas fases subseqüentes não são capazes de alcançar.

As primeiras experiências das crianças lançam as bases para qualquer forma de aprendizado posterior¹¹.

Esta afirmação coloca a educação, e a educação em comunidade desde a primeira infância, no debate atual sobre os *bens comuns*: *"Os bens comuns são de propriedade universal, eles pertencem a todos e a ninguém, no sentido de que todos devem ter acesso a eles e ninguém pode afirmar reivindicações exclusivas. Devem ser administrados movendo-se pelo princípio de solidariedade. Indisponíveis para o mercado, os bens comuns são apresentados como instrumentos essenciais já que os direitos de cidadania, aqueles que pertencem a todos como indivíduos, podem ser efetivamente exercidos."*

Stefano Rodotà (editorial do jornal La Repubblica – janeiro de 2012)

Os bens comuns propõem uma visão de mundo ecológica, ao invés de estritamente econômica, isso leva a dizer que a educação é um investimento que não só irá recolher resultados a longo prazo, mas é um investimento na qualidade de vida no presente. A inscrição da educação no âmbito dos *bens comuns* significa reconhecer a universalidade do acesso e a natureza pública deste direito.

James Heckman, Prêmio Nobel de Economia em 2000, demonstrou que quando se investe nos primeiros anos de vida da criança o efeito sobre o seu desenvolvimento cognitivo e comportamental é muito mais forte e duradouro com respeito aos investimentos que ocorrem na vida adulta: *"Investimento é o dinheiro envolvido na primeira infância, porque assim, resultando em um crescimento individual das pessoas, isso terá um impacto econômico. Hoje nós temos as ferramentas necessárias para demonstrá-lo"*

(Extraído de uma entrevista em 2009)

Em Reggio Emilia a educação a partir das crianças menores, foi sempre considerada como uma área de investimento estratégico para as políticas públicas da cidade; um investimento participativo, para a economia, para a cultura e para uma maior coesão social.

¹¹ COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA Educação e cuidado da primeira infância: permitir que todas as crianças sejam sujeitos do mundo de amanhã em melhores condições 17-2-2011

....Devemos continuar a pensar que o investimento em educação é um investimento nas pessoas, no homem e na sua capacidade de se tornar cidadão, mas se este trabalho for executado por toda a cidade, e não só considerado uma tarefa da administração municipal, e por todas as suas forças sociais e políticas, também será um gerador de riqueza e de qualidade, incluindo o econômico¹².

Os argumentos subjacentes à escolha do investimento, são também profundas raízes históricas. Reggio Emilia é uma cidade que criou e praticou a centralidade da educação para mais de 50 anos, desde meados do século passado.

Os mesmos argumentos se referem a políticas voltadas para construir uma identidade do papel dos municípios menos assistencial e burocrática, e mais orientada para afirmar os direitos dos cidadãos a ter igualdade de oportunidades desde os primeiros anos de vida. A política de compromisso na educação pré-escolar, que a nível nacional e europeu não foi reconhecida como um direito da criança e não foi objeto de investimento político e econômico, e que ainda tem dificuldade em afirmar-se. Esta escolha política tirou e tem tirado força a partir da busca constante por uma identidade pedagógica inovadora e experimental implementada na pré-escola e voltada para uma ideia de sociedade justa, democrática e secular. Assim, tomou forma um projeto educacional forte, de base cultural e participativo, capaz de lidar com um contexto nacional e internacional.

Na verdade, a dimensão participativa é um elemento estruturante e que conota a experiência educacional das creches e jardins de infância:

“A participação é o valor e a estratégia que define a forma de crianças, educadores e pais de fazerem parte do projeto educacional, é a estratégia educacional que é construída e vivida no encontro e na relação do dia a dia...A participação gera e alimenta sentimentos e cultura de solidariedade, responsabilidade e inclusão, produzindo mudança e novas culturas que são medidas pela dimensão da contemporaneidade e internacionalidade”

3.2 As crianças de 0 – 6 anos e a cidade

Em Reggio Emilia as crianças residentes até 31/12/2011, na faixa etária de 0-5 anos, são 11.146 equivalente a 6,5% da população (num total de 171.688 pessoas). Esta é uma faixa etária em constante crescimento que nos últimos anos levou a uma expansão da já vasta rede de serviços educacionais.

No corrente ano letivo (2011-2012), das mais de 11.000 crianças residentes com idade entre 0-5 anos, 6629 (igual a 65,9%) frequentam uma creche ou um jardim de infância da cidade.

¹² Extraído do discurso do prefeito de Reggio Emilia Graziano Delrio durante o evento, os Estados Gerais da cidade (janeiro de 2009)

Na tentativa de lidar com a demanda de matrícula para as creches e jardins de infância, o município comprometeu-se a convidar outros setores da comunidade (empresas, associações, cooperativas, estado, cidadãos particulares) para contribuir com a escolarização de todas as crianças de modo que ninguém ficasse excluído do sistema.

O enfoque de participação envolveu e deu protagonismo a uma série de atores na gestão dos serviços de educação pré-escolar levando à construção, ao longo do tempo, de um sistema público integrado, amplo e complexo composto por:

serviços de gestão direta (12 creches e 21 jardins de infância municipais);

serviços com gestão indireta, mediante acordo (15 creches e escolas cooperativas, cuja gestão foram se expandindo ao longo dos anos);

jardins de infância estaduais (com 14 sedes);

acordo de serviços independente com o Município (21 escolas que participam da F.I.S.M. (Federação Italiana de Escolas Maternas de inspiração católica), 1 escola Steineriana);

serviços autogeridos pelas famílias (através da associação de pais Ágora);

serviços privados (serviço de creche/escola dirigida por Totem, Ente Veneri);

O sistema público integrado interpreta o conceito de "público" através de Acordos que ligam os diferentes órgãos de gestão aos procedimentos e critérios de acesso inclusivo para todas as diferenças de gênero, etnia, religião, cultura e origem social; este sistema se refere a parâmetros de qualidades compartilhados, construídos e esperados pela comunidade local, para a abertura ao controle dos órgãos representantes da cidade e para a participação das famílias.

O sistema 0/6 interpreta o conceito de "integrado" como uma colaboração entre diferentes competências e responsabilidades no território que na sua sinergia podem criar as condições para corresponder ao direito à educação e aumentar, no intercâmbio de conhecimentos e experiências, a qualidade das creches e das escolas.

O Sistema Público Integrado é uma gama de diversidade, sustentabilidade, participação social, que permitiu responder à questão da multiplicidade de referências culturais e pedagógicas, promover um aumento na qualidade dos serviços por meio do intercâmbio e enfrentamento e aumentar o número de instalações com investimento de recursos múltiplos: privados, estaduais e municipais.

Diferente é a natureza dos Acordos dentro do sistema público integrado.

Os Acordos com cooperativas de ensino, identificadas com base em um concurso público a cada três anos, que exige a apresentação de um projeto pedagógico e outro de gestão, definem os serviços de creche ou escola com administração indireta em instalações escolares de propriedade do Município, com equipamentos e mobiliário necessários para o funcionamento, além de uma contribuição econômica por cada criança escolarizada. Por outro lado, as cooperativas de ensino se comprometem a cumprir as disposições das leis regionais na organização do serviço e nas normas contratuais e da legislação vigente no que diz respeito ao recrutamento de pessoal docente e assistentes que devem possuir as qualificações requeridas. Se comprometem a oferecer formação adequada a todo o pessoal, com o apoio de seus coordenadores pedagógicos, a adotar as estruturas de participação das famílias, que

devem pagar uma taxa mensal semelhante ao dos serviços municipais.

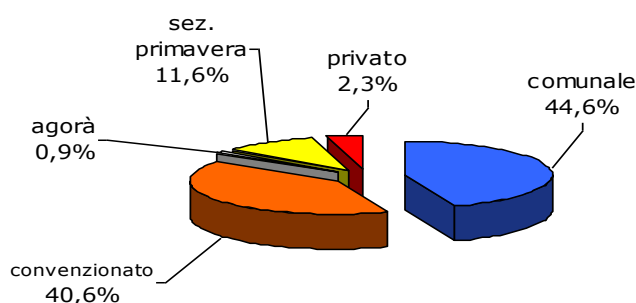
O "Protocolo de Acordo entre o Município de Reggio Emilia, o Departamento Provincial de Educação de Reggio Emilia e a F.I.S.M. (Federação Italiana de Escolas Maternas) de Reggio Emilia para um sistema de educação de qualidade: período 2010-2014 "enriquece de questões educacionais e de formação as tarefas que o Município tem para as escolas estaduais: estruturas de construção, mobiliário, refeitório.

O acordo com a F.I.S.M. (Federação Italiana de Escolas Maternas) é uma contribuição para o funcionamento de estruturas, que têm uma autonomia de gestão, organizacional e cultural.

O sistema público integrado é composto por mais de 80 serviços educacionais, que durante 2011 permitiu uma escolarização nas creches de 40,2%, que é mantida há vários anos em níveis muito altos (a média nacional é de cerca de 13%).

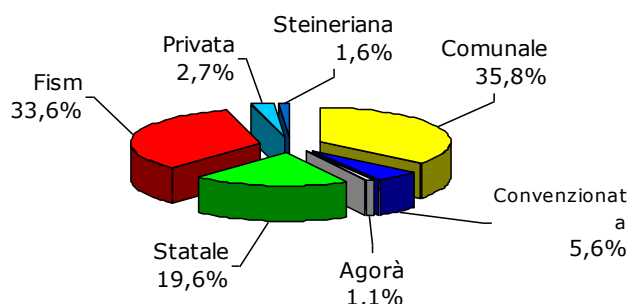
Para o jardim de infância a situação é diferente: a escolarização é de 86,7% em queda nos últimos anos.

Nido d'infanzia: sistema integrato anno 2011/2012



1804 Posti complessivi
4493 Residenti in età da nido
40,2% Scolarizzazione

Scuola dell'infanzia: sistema integrato anno 2011/2012



4824 Posti complessivi
5559 Residenti in età da scuola
86,7% Scolarizzazione

A presença de filhos de migrantes registrou um aumento progressivo nos últimos 20 anos, e é uma realidade que reflete o fenômeno da migração global que afeta a cidade de modo crescente desde 1990.

A média de taxas mais elevadas, até encontram-se nos jardins de infância operados pelo Estado, especialmente onde há seções part-time que não incluem o almoço da criança para a escola e, portanto, são gratuitas. Os percentuais que vão decrescendo, se considerarmos as escolas e creches municipais, e que diminuem ainda nas escolas autônomas da F.I.S.M.....esses dados nos levam a perguntar em como devemos agir para favorecer uma maior distribuição da frequência de crianças filhas de migrantes em todas as escolas e creches, para evitar concentrações que podem causar problemas de interpretação do fenômeno.

Outro fator que exigiria um aprofundamento tem a ver com centenas de famílias que não requerem a matrícula no jardim de infância (no entanto, não obrigatória no sistema escolar italiano) para o seu filho, e que, portanto, irá começar a escola primária sem ter tido qualquer experiência de encontro com a dimensão da convivência em sociedade, e tampouco de escolarização em um ambiente projetado para a aprendizagem com professores treinados profissionalmente.

3.3 Departamento de Educação

Em maio de 2010 o município decidiu ampliar o conceito de sistema integrado também às políticas de educação para a escolaridade obrigatória, com a criação do Serviço *Departamento de Educação* que integra a experiência de três décadas de notáveis serviços municipais:

Reggio Escola que tinha no centro da sua ação o apoio e a qualificação da proposta de formação escolar;

Cidade Educadora, que teve como objetivo desenvolver e promover oportunidades educacionais e de relações no período de atividades extraescolar;

Departamento da Juventude que era responsável pela participação dos jovens.

O Departamento de Educação é uma escolha e um compromisso da Prefeitura para construir uma rede entre a comunidade, escolas e serviços, a fim de aumentar o valor de reflexão e a ação pedagógica da cidade, contribuir para a construção de uma comunidade educativa que promove os direitos para a aprendizagem, o bem-estar e a participação em redes de ensino que entrelaçam a escola e as atividades extraescolar, os Centros Sociais da comunidade, os setores privados e voluntariado.

A estrutura de significado, em que o serviço do Departamento de Educação está inserido, refere-se a uma visão de educação e bem-estar entendidos como elementos e perspectivas constantemente interligados na ótica de uma comunidade educativa, já que a educação é o alicerce para o crescimento das habilidades pessoais e de bem-estar comum.

O desafio que norteia o trabalho do Departamento de Educação diz respeito principalmente a construção de condições que possam promover sentimentos de comunidade. As famílias são vistas como um elo vital também do sistema de ensino destinado a crianças e adolescentes com idade entre 6 a 14 anos.

"Tornar a escola um lugar de referência aberto e reconhecido, primário e não exclusivo, para a aprendizagem de comunidades e a formação dos cidadãos"

A visão política que orienta a ação do Departamento de Educação tem como objetivo repensar os serviços da cidade para oferecer "uma oportunidade educativa para todos", apontando para uma aliança com escolas, famílias e comunidade.

Requer uma mudança de paradigma, no que diz respeito à definição anterior dos serviços que são convergidos no Departamento de Educação, que leve a superar a visão de serviços e projetos destinados a imigrantes, para conceber e projetá-los abertos e interessantes para todos. Sem esquecer ou subestimar a necessidade de continuar assegurando a aprendizagem da língua italiana a todos os novos cidadãos como um idioma para a comunicação e como uma chave de acesso aos plenos direitos de cidadania.

Isso exige reestabelecer um pacto cidadão com as escolas, redefinindo o seu papel de co-protagonistas da oferta educativa e cultural, coordenando o planejamento, promovendo um maior diálogo entre professores e educadores, com foco em intervenções que tornem possível um verdadeiro intercâmbio cultural e integração real em uma cidade multicultural que enfrenta os desafios da interculturalidade.

A escola representa para o Departamento de Educação um parceiro essencial para a construção de projetos em diálogo com a comunidade. A intenção é traçar caminhos de trabalho em conjunto com os administradores escolares e professores para criar uma escola como uma *praça da cidade*, local aberto para o diálogo e oportunidades de crescimento para os cidadãos, estudantes e pais; uma escola aberta na parte da tarde; uma escola que, com o apoio dos educadores, possa oferecer oficinas e laboratórios, espaços de encontro e de promoção de iniciativas culturais e educacionais; uma escola que seja um laboratório vibrante para os cidadãos de todas as idades, a partir das crianças e adolescentes que são os primeiros protagonistas.

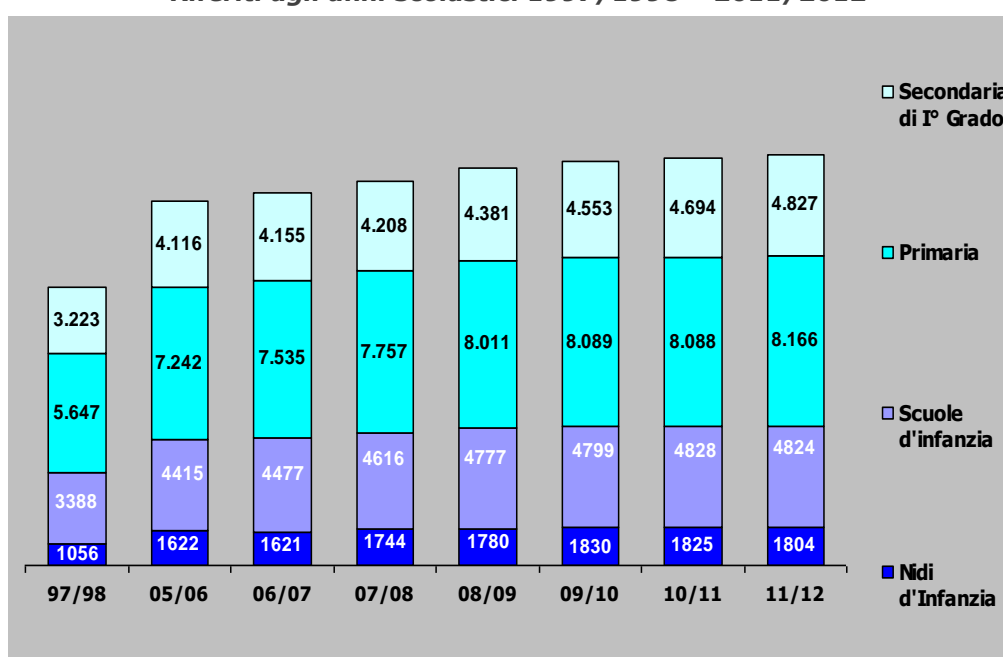
O Departamento de Educação visa melhorar os projetos que favorecem experiências de cidadania ativa, promovendo a participação conjunta dos jovens na vida da cidade, enfatizando o desejo de agregação e criatividade juvenil.

Ao longo dos últimos 10 anos, a população escolar primária aumentou em cerca de 2.000 vagas, um valor igual a cerca de 25% do total. Durante o ano letivo, 2011/2012, as crianças de 6 - 11 anos matriculadas na escola primária são 8.166, das quais cerca de 95% frequenta uma escola estadual. A escola primária de tempo integral é frequentada por 2.500 crianças na cidade.

Na Província de Reggio Emilia as crianças filhas de migrantes que frequentam as escolas primárias são cerca de 15% das matriculadas, o maior percentual da Região.

Nos últimos 10 anos a população escolar na faixa etária de 11-14 anos aumentou em cerca de 2.000 vagas, com uma tendência de crescimento semelhante ao das escolas primárias. Durante o ano letivo, 2011/2012, as crianças matriculadas na escola secundária de primeiro grau são 4.827. Mesmo nesta ordem escolar, o percentual de alunos filhos de migrantes que frequentam é ao redor de 15% do total dos matriculados.

Dati della scolarizzazione in città – fascia di età 0-14 anni Riferiti agli anni scolastici 1997/1998 – 2011/2012



O Departamento de Educação foi organizado por meio da estruturação de equipes educacionais que são referentes, promotores e interlocutores primários dos sujeitos com potencial educativo para crianças e jovens de 6 a 14 anos que vivem no município: os distritos, as escolas primárias e secundárias, os clubes desportivos, as paróquias, o setor privado social, os centros sociais locais, etc., a fim de promover um planejamento regional.

A divisão territorial em 5 equipes, compostas por funcionários contratados diretamente pelo Município que coordena o pessoal contratado pelas Cooperativas, visa superar gradualmente a distinção entre projetos escolares e extraescolares para chegar a uma nova oferta educativa que favoreça a construção de um projeto transversal entre os diferentes serviços envolvidos. Um projeto onde a ênfase é colocada sobre os direitos e sobre a declaração de protagonismo e de confiança em relação a todas os sujeitos, para atender diferentes pontos de vista e para gerar pensamentos e ações que permitem a mudança e novas possibilidades.

A intenção dos projetos voltados para crianças e jovens de 6 a 14 anos é construir e promover maior relação e conexão entre manhã e tarde, entre o horário escolar e as experiências durante a tarde, em uma identidade participativa e de elaboração que valoriza o conhecimento de todos, divide a organização do trabalho, baseia-se na documentação como estratégia de trabalho e de reflexão para tornar os processos visíveis, para poder comunicar a todos os interessados e dar vida a uma formação em campo.

Os projetos/caminhos dentro da escola e em diálogo com a escola que o Departamento de Educação propõe são:

Serviços com contrato de gestão

Get – Cep – centros de recreação

que são dirigidos a crianças e jovens da escola primária e secundária de primeiro grau no horário da tarde e oferecem ajuda nas tarefas escolares, oferecem atividades de laboratórios/oficinas, buscando conexões com a comunidade dentro de um processo de relação educativa.

Co-planejamentos com plexos de escolas primárias e secundárias de primeiro grau durante o horário escolar que são desenvolvidos em horário escolar e dizem respeito a laboratórios de línguas para a aprendizagem do idioma italiano; cursos relativos aos ambientes e espaços escolares e à qualidade da habitação; projetos para promover a cultura de sentar-se na mesa e educação com uma dieta adequada e saudável; pesquisas sobre a continuidade educativa e didática para criar ambientes de aprendizagem que promovam o conhecimento e a formação entre os professores e educadores de diferentes níveis de ensino.

Co-planejamentos com plexos de escolas primárias e secundárias de primeiro grau no período da tarde que oferecem a crianças e jovens oficinas/laboratórios durante a tarde para experimentação e busca de uma linguagem expressiva e criativa, através das artes gráficas e pictóricas, escrita e narração, música e coreografia, dança e corpo, teatro, cinema, fotografia, ecologia e multimídia. Esses cursos de oficina/laboratórios ativaram a escola aberta durante a tarde valorizando sua dimensão pública, plural e acolhedora.

co-planejamentos com outras agências educativas públicas e privadas e colaboração com entidades locais que se colocam na perspectiva de reconhecer e legitimar as competências da cidade, permitindo um diálogo contínuo com as partes interessadas.

3.4 Os desafios para as políticas de educação da cidade

O investimento em educação é uma vocação, uma escolha que a cidade de Reggio Emilia tem buscado ao longo do tempo e que resultou desde o início numa certa visão de escola como espaço de produção e elaboração de democracia, direitos e cultura da infância, de coerência e reciprocidade entre estudos e pesquisas teóricas e a vivência em serviços educacionais com os sujeitos protagonistas, crianças, pais e professores.

Agora, a escola é por si só cultura, e não apenas uma "preparação" para a cultura, um aquecimento. Como gostam de dizer alguns antropólogos, a cultura é uma caixa de ferramentas de técnicas e procedimentos para entender e gerir o seu próprio mundo. (...) A questão é a metodologia de pesquisa, o uso da mente, que é central para a manutenção de uma comunidade interpretativa e de uma cultura democrática.

Assumir a cultura da educação tem significado que desde o início em Reggio Emilia as creches foram interpretadas prioritariamente como serviços de educação e não apenas como cuidados para as crianças ou de substituição das mães comprometidas no trabalho fora de casa.

Levou a investir recursos na obtenção de creches e jardins de infância os pré-requisitos para uma educação de qualidade, trabalhando simultaneamente para que a ampliação das instalações de creches e escolas correspondessem à procura em constante aumento e garantissem o direito da educação para todos.

Foi pedido participar na definição de um pacto para a educação a nível de cidade com a ajuda de uma pluralidade de administrações públicas e privadas que se sentiram desafiadas e solicitadas a dar sua contribuição.

As políticas educacionais da cidade voltadas à idade escolar de 6 a 14 anos foram destinadas a melhorar a inclusão no respeito às diferenças, em uma cidade e em uma escola cada vez mais multicultural, para favorecer a todos os alunos o acesso ao conhecimento não formalizado, para proporcionar oportunidades durante a tarde para integrar um tempo escolar reduzido a partir de reformas destinadas a poupar e multiplicar a presença de adultos em sala de aula, para permitir caminhos de aprendizagem personalizados e conduzidos com metodologias mais ativas e participativas.

As políticas educacionais ao longo dos anos deram origem a projetos em que constante foi a busca de diálogo com as pessoas da comunidade, a fim de ampliar e qualificar os diferentes lugares do educar e gerar dinâmicas de coesão social entre os pais, cidadãos e administradores. Um patrimônio de serviços e experiências educacionais que, recentemente, confluiu no projeto de Departamento de Educação.

Uma proposta de participação que tem qualificado no âmbito educativo a cooperação econômica e social já presente na comunidade, dado espaço e valorizado as Associações de Pais e contribuído para moldar uma comunidade educadora.

Comunidade educadora que reconhece o valor e promove o entrelaçamento das políticas de educação com outras políticas relacionadas ao meio ambiente, cultura e

esportes. Locais de educar e lugares culturais em diálogo para criar uma rica oferta à escola, encontros com a cidade e eventos comunitários onde as oportunidades educacionais são geradas para todos.

Conforme já apresentado no documento, a Administração municipal, a fim de racionalizar os investimentos e ter maior autonomia a partir de obrigações normativas restritivas, tomou a instituição como órgão para as políticas relacionadas aos serviços de ensino para crianças de 0 a 6 anos.

Alguns serviços de suporte ao sistema de serviços educacionais, como o Centro de Documentação e Pesquisa Educativa, o Laboratório Teatral Gianni Rodari, o Centro de Vídeo, o Centro de Reciclagem ReMida, são outros investimentos e recursos que a Prefeitura ativou ao longo dos anos para qualificar e valorizar a experiência de creches e jardins de infância e, mais geralmente, das instituições sociais e educativas que operam no território também provincial.

Nos últimos anos, a Instituição se encontrava em sérias dificuldades na gestão direta e indireta dos serviços, bem como na impossibilidade de ampliar a oferta de instalações para creche e escola, devido aos cortes do governo, da crise econômica e financeira que afeta o país desde 2008 (em um semelhante quadro de crise internacional), bem como restrições impostas pelas leis de estabilidade, especialmente relativas ao pessoal e investimentos.

Além disso, a ausência de legislação nacional nos serviços educativos 0/6, que reconheçam plenamente os municípios como gestores de creches e jardins de infância, pode chegar a ameaçar a gestão diária dos serviços. Portanto, é forte a necessidade de contribuir para o desenvolvimento de uma legislação nacional mais capaz de apoiar as políticas públicas para as crianças dos Municípios.

Este é o desafio mais importante que exige o empenho e a participação de todos para fazer pressão para as políticas nacionais, para buscar a cooperação e solidariedade com terceiros, para ter uma perspectiva das demandas que as famílias põem a nível local e nacional, para as quais, infelizmente, não parece haver a vontade de uma resposta que considere as reais necessidades das mulheres e das crianças em particular, embora é evidente o quão seria importante trabalhar para combinar e integrar as políticas do trabalho, da família e dos serviços de educação.

A ideia de uma pedagogia em diálogo com múltiplos saberes, curiosidade, pontos de vista, fundada sobre o acolhimento do outro e o valor da diferença, sempre tem fundamentado a qualidade educacional das creches e jardins de infância. A ampla dimensão atual das relações internacionais é também fruto da acreditação que a experiência soube ganhar para a capacidade de inovação e de investigação expressa, que em 1991 foi reconhecida como excelência em educação para a infância pela revista americana Newsweek.

Um mapa de relações que se estruturou no tempo favorecendo a criação de Reggio Children em 1994, do projeto Centro Internacional em 90-2000 e mais recentemente da Fundação Reggio Children Centro Loris Malaguzzi, que hoje são essenciais para o desenvolvimento e sustentação do sistema educacional de nossa cidade em termos de investigação e inovação e são capazes de oferecer às creches e aos jardins de infância



This project is funded
by the European Union



Educa International Secretariat c/o Via Bligny, 1/a, Loris Malaguzzi International Centre 42124 Reggio Emilia, Italy Ph. +39 0522 513752 www.educaresearch.eu

de todos os níveis e graus, maior oportunidade de pesquisa e formação de "qualidade".

This publication has been produced with the assistance of the European Union. The contents of this publication are the sole responsibility of Municipality of Reggio nell'Emilia and can in no way be taken to reflect the views of the European Union.

